

**DESENVOLVIMENTO** ■ O governo quer, mas não será fácil fazer o País crescer 5% ao ano

# O desafio de atingir uma meta improvável no curto prazo

Vagner Ricardo

O mantra do crescimento de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) ao ano continua a ser repetido pelas vozes mais otimistas. Mas é pouco provável que o Brasil pavementa a trilha de uma expansão contínua (sustentada, no jargão dos economistas) enquanto não desatar os nós para elevar sua taxa de investimento em pelo menos cinco ou seis pontos percentuais, ou seja, de algo perto de 20% como proporção do PIB para 25% ou 26%. E, a rigor, nada disso ocorrerá no curto prazo.

A razão é que, para tanto, ajustes profundos precisam ser realizados nas despesas públicas para reduzir a carga fiscal.

— A palavra-chave para o verdadeiro crescimento é o aumento da taxa de investimentos. Mas sua expansão é precedida de medidas profundas de ajustes das contas públicas, de forma que seus investimentos possam aumentar da pífia taxa de 1,5% para algo bem mais expressivo, criando-se um ambiente mais propício para as alocações privadas, lembra o economista-chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Edgard Pereira.

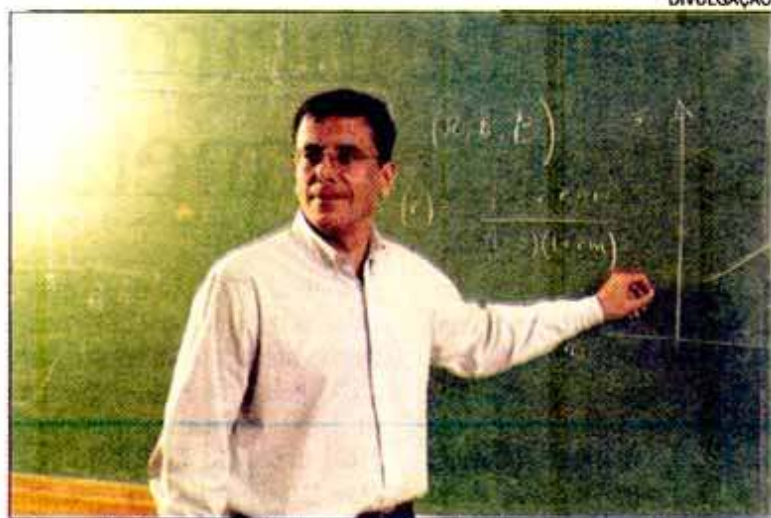
No caso dos investimentos públicos, possível após o esforço para equilibrar receitas e despesas, o ideal é que sejam concentrados na área de infra-estrutura (leia-se energia e logística). Ainda segundo o receituário de Pereira, a baixa das taxas de juros é fundamental para que os investimentos privados aumentem. Hoje, da taxa de investimento, cerca de 18,5% estão a cargo da iniciativa privada.

— O custo do investimento ainda é muito alto e é preciso rever juros e a carga tri-

## Ajustes profundos precisam ser feitos nas despesas públicas para reduzir a carga fiscal

butária para aumentar as alocações das indústrias.

Cumprir as atividades clássicas de Estado é a fórmula apresentada pelo economista Rubens Penha Cysne, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), para atingir o verdadeiro crescimento econômico. Ele refere-se a ações pró-ativas nas áreas de rede de proteção social (manutenção dos programas, como o Bolsa Família), marco regulatório está-



Cysne: PIB cresce de forma pífia desde os anos 1980

vel (para estabelecer segurança jurídica), saneamento, saúde e educação. E, ainda, correção das imperfeições do mercado, como na área de infra-estrutura ou oferta de crédito subsidiado para população de baixa renda, a fim de permitir investimentos privados na sequência.

— A época é mais de plantio do que de colheita e o atual governo tem condições de criar as condições necessárias para um crescimento médio mais próximo das economias dos países emergentes, de 5,5%. Mas não será a curto prazo, avisa Cysne, fazendo questão de frisar que não faz uma crítica ao baixo crescimento econômico apresentado na gestão Lula, tendo em vista que o PIB brasileiro cresce de forma pífia desde os anos 1980.

O economista-chefe da SulAmérica Investimentos, Newton Rosa, costuma dizer que crescer 5% em 2007 é possível, desde que afrouxando a política monetária (juros) além do necessário para estimular a demanda. No curto prazo, diz, isso pode gerar uma reação mais acentuada da economia, aproveitando-se do espaço

ocioso do parque industrial.

— Mas será um crescimento sustentado?, pergunta. — Não, porque na sequência, o Banco Central terá de retomar sua política monetária austera para frear a inflação de demanda.

A seu ver, para crescer, o País precisa aumentar a oferta de produtos, o que significa elevar fortemente a taxa de investimento. Isso é necessário para manter o equilíbrio entre a oferta e a procura e, em consequência, a inflação controlada.

Para Rosa, na atual faixa de 19% ou 20% de taxa de investimento como proporção do PIB, o País continuará condenado a um crescimento médio a 3% ao ano.

Nesse sentido, Rosa afirma que a reforma tributária é outro ponto importante. A carga tributária, hoje de quase 38% do PIB, torna-se um gargalo para o aumento da competitividade das empresas brasileiras no cenário mundial.

— Isso significa dizer que 40% da riqueza nacional transita pelo setor público apenas para cobrir despesas, sem contrapartidas para a sociedade.